



Conselho Nacional de Justiça

TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 058/2009

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, O CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, O TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, O CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO E A ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Processo CNJ nº 336.505).

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e o CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília - DF, neste ato representados por seu Presidente, Ministro GILMAR MENDES, RG 388410 SSP/DF e CPF 150.259.691-15, o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA e o CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, com sede na SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III, em Brasília - DF, neste ato representados por seu Presidente, Ministro CÉSAR ASFOR ROCHA, RG 245.855 SSP/CE e CPF nº 014.956.233-00, o TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO e o CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, com sede na SAFS - Quadra 8 - Lote 1, Brasília - DF, neste ato representados por seu Presidente, Ministro MILTON DE MOURA FRANÇA, RG 3059748 SSP/SP e CPF 036.326.018-87, a ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, com sede no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), Quadra 06, Lote 800, em Brasília-DF, neste ato representado pelo Advogado-Geral da União, Ministro JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI, RG 16.266.525 SSP/SP e CPF nº 110.560.528-5, RESOLVEM celebrar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, com fundamento na



Lei n.º 8.666/93, quando cabível e, ainda, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Acordo tem por objeto a elaboração e implementação do padrão nacional de integração de sistemas de processo eletrônico, por meio da tecnologia "WebService".

DAS METAS A SEREM ATINGIDAS

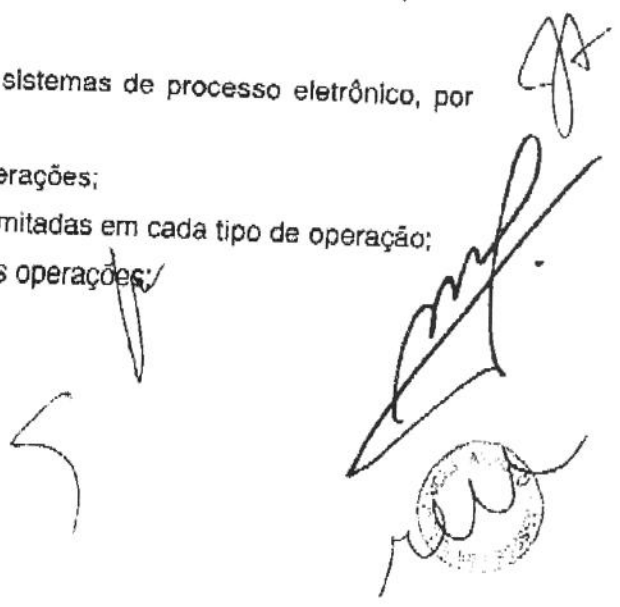
CLÁUSULA SEGUNDA - O padrão nacional de integração de sistemas de processo eletrônico, por meio da tecnologia "WebService", deve assegurar, no mínimo:

- I – a integridade, a inviolabilidade e a segurança dos dados e informações;
- II – o respeito aos princípios constitucionais e legais relativos ao processo judicial;
- III – o respeito às garantias processuais e materiais conferidas aos jurisdicionados;
- IV – o tratamento adequado às informações sujeitas ao sigillo legal;
- V – a possibilidade de implementação em etapas, com diversos graus de generalidade, de forma a permitir a evolução modular e abrangente das soluções de integração.

DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

CLÁUSULA TERCEIRA – Para a consecução do objeto deste Acordo, as partes comprometem-se a:

- I – detalhar as operações de interação entre sistemas de processo eletrônico, por meio da tecnologia "WebService";
- II – definir as etapas de implementação das operações;
- III – identificar o rol de informações a serem tramitadas em cada tipo de operação;
- IV – implementar os serviços e suas respectivas operações;



The bottom right of the page contains several handwritten signatures and a circular stamp. One signature is a large, stylized cursive mark. Below it is a circular stamp with illegible text inside. To the left of the stamp is another smaller signature or mark.

V – publicar, nos respectivos portais de *internet*, a documentação relativa a cada operação do respectivo serviço, para uso comum dos partícipes;

VI – participar ou indicar representantes para grupos de trabalho específicos.

Parágrafo Único - Para fins de execução do objeto deste acordo, os órgãos partícipes serão representados pelos respectivos dirigentes da área de Tecnologia da Informação, ou servidores indicados para esse fim.

DO ACOMPANHAMENTO

CLÁUSULA QUARTA – Os partícipes designarão gestores para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente Acordo.

DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

CLÁUSULA QUINTA – O presente Acordo não envolve a transferência de recursos humanos ou materiais entre os partícipes. As ações resultantes deste ajuste que implicarem transferência ou cessão de recursos serão viabilizadas mediante instrumento apropriado.

DA EFICÁCIA E DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SEXTA – Este Acordo terá eficácia a partir da data de sua assinatura e vigência de doze meses, podendo ser prorrogado automaticamente, exceto se houver manifestação expressa em contrário, nos termos da lei.

DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

CLÁUSULA SÉTIMA – É facultado às partes promover o distrato do presente Acordo, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral pela iniciativa de qualquer deles, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de até 30 (trinta) dias, restando para cada qual tão-somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

CLÁUSULA OITAVA – Este instrumento poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os celebrantes, mediante Termo Aditivo, visando aperfeiçoar a execução dos trabalhos, exceto no tocante ao seu objeto.

DA AÇÃO PROMOCIONAL

CLÁUSULA NONA – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Acordo será, obrigatoriamente, destacada a colaboração dos celebrantes, observado o disposto no artigo 37, § 1.º da Constituição Federal.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

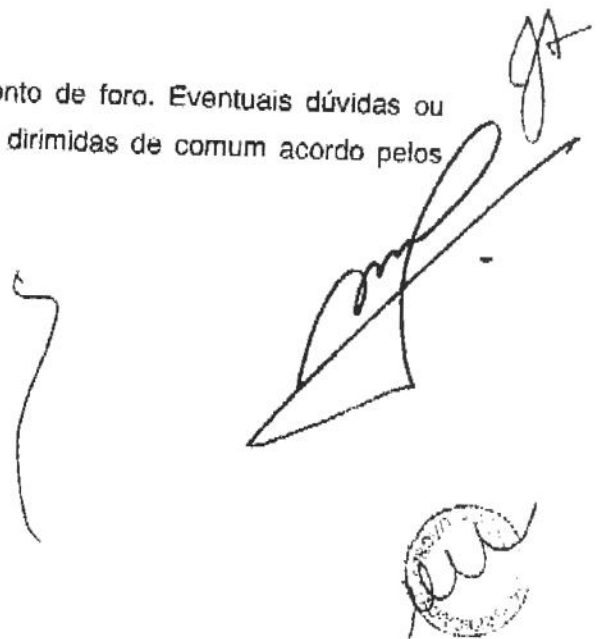
CLÁUSULA DEZ – Aplicam-se à execução deste Acordo a Lei n.º 8.666/93, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA ONZE – O extrato do presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União, pelo CNJ, de acordo com o que determina o parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

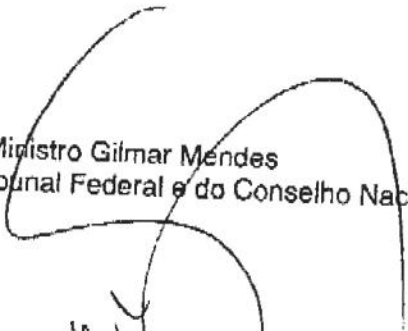
DO FORO

CLÁUSULA DOZE – Não haverá estabelecimento de foro. Eventuais dúvidas ou controvérsias oriundas deste instrumento serão dirimidas de comum acordo pelos partícipes. ✓


A large handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The signature is stylized and appears to be 'J. A. ...'. The stamp is circular and contains some illegible text, possibly a date or a reference number. There is also a small checkmark to the left of the signature.

E, por estarem assim acordado, assinam os celebrantes o presente instrumento,
para todos os fins de direito.

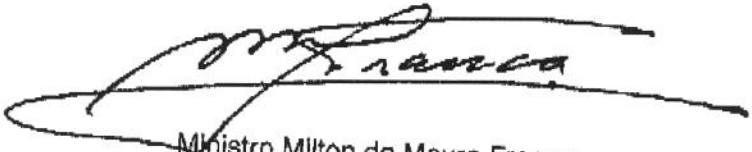
Brasília-DF, 9 de junho de 2009.



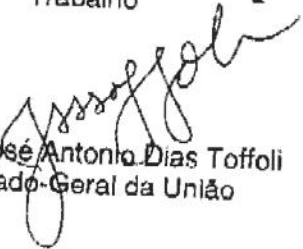
Ministro Gilmar Mendes
Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça



Ministro César Asfor Rocha
Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal



Ministro Milton de Moura França
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho



Ministro José Antonio Dias Toffoli
Advogado-Geral da União



Termo de Adesão do Conselho Nacional do Ministério Público ao Acordo de Cooperação Técnica n. 058/2009, celebrado entre o Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho da Justiça Federal, o Tribunal Superior do Trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e a Advocacia-Geral da União. (Processo CNJ n. 336.505).

O Conselho Nacional do Ministério Público, com sede no SHIS QI 03, Lote A, Blocos B e E, Edifício Terracotta, Lago Sul, CEP 71605-200, Brasília/DF, CNPJ n. 11.439.520/0001-11, neste ato representado por seu Presidente, Procurador-Geral da República **Roberto Monteiro Gurgel Santos**, RG 3314491 SSP/RJ e CPF 090.672.053-20, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**, por meio do presente termo, aderir ao **Acordo de Cooperação Técnica n. 058/2009** celebrado entre o **Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho da Justiça Federal, o Tribunal Superior do Trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e a Advocacia-Geral da União**, para elaboração e implementação do padrão nacional de integração de sistemas de processo eletrônico, por meio da tecnologia "WebService", oportunidade em que se compromete a cumprir os seus objetivos, na forma e nas condições estabelecidas em suas cláusulas.

O CNJ providenciará a publicação deste Termo de Adesão, em extrato, no Diário de Justiça Eletrônico.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente Termo de Adesão, para que produza efeitos jurídicos e legais.

Brasília, **4** de *maio* de 2012.



Ministro Ayres Britto
Presidente do Conselho Nacional de Justiça



Roberto Monteiro Gurgel Santos

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público